

AS TENTATIVAS DE CALE-SE NA LINGUAGEM NÃO-BINÁRIA COM PROJETOS PROIBITIVOS DO LEGISLATIVO BRASILEIRO: VIA (IN)DIZÍVEL SOCIOEDUCATIVA

LOS INTENTOS DE SILENCIAR EL LENGUAJE NO BINARIO CON PROYECTOS PROHIBITIVOS DEL LEGISLATIVO BRASILEÑO: LA VÍA (IN)DECIBLE SOCIOEDUCATIVA

ATTEMPTS TO SILENCE NON-BINARY LANGUAGE WITH PROHIBITIVE LEGISLATIVE PROJECTS IN BRAZIL: THE (UN)SPEAKABLE SOCIO-EDUCATIONAL PATH

Gustavo José Barbosa Paraíso*

Universidade Federal Rural de Pernambuco

José Amaro da Costa**

Universidad Nacional de Rosario

Ana Carolina Costa Porto***

Universidade Federal de Pernambuco

RESUMO: Este artigo abre uma janela de discussão, por isso não pretende dar conta de responder à posição assumida pelo legislativo brasileiro ao nocautear a linguagem não-binária no Brasil. Apresentamos, de forma contextualizada, olhares no campo da linguística com um viés na perspectiva socioeducativa. Pode-se imaginar que se abre um confronto ou uma polêmica. Entretanto nos articulamos nas posições da linguagem em noções de Fairclough (2001, 2003), Butler (2009, 2015, 2021) e Foucault (2005, 2008, 2012) para estabelecer um caminho de Avatar Educativo no progresso de posições conservadoras. Essa questão inclusiva está longe de resolver os problemas de sexualidades dissidentes, mas certamente contribui para a transformação de pensamentos e se conecta

* Graduado em Comunicação Social- Rádio e TV pela UFPB. Graduando em Letras- Português e Espanhol pela UFRPE. Integrante do Núcleo de Estudos Queer e Decoloniais (NuQueer/UFRPE). Pesquisador em Linguística pelo CNPq. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do CNPq na pesquisa Linguagem não-binária no Brasil: disputas e tensões em discursos legislativos. E-mail: guga.paraíso@gmail.com

** Doutor em Educação pela Universidad Nacional de Rosario - Argentina; Mestre em Administração pela Universidad Autónoma de Madrid com título revalidado pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Membro do NuQueer. E-mail: jaja.joseamaro@gmail.com.

*** Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, possui graduação em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, pela Universidade Federal da Paraíba (2005) e mestrado em Sociologia também pela UFPB (2008). É pesquisadora associada da Curadoria de Brics da Coordenadoria de Estudos da Ásia, do Centro de Estudos Avançados da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: louporto23@gmail.com.

às formas respeitosas e menos violentas que a sociedade deseja. No que se refere aos achados da pesquisa, podemos dizer que os Projetos de Leis analisados, predominantemente impedem a linguagem não-binária, argumentando que ela prejudica o ensino do português brasileiro, bem como ameaça o uso de nosso idioma. Na prática, a resistência nos avanços da linguagem está intrinsecamente ligada à forma como as categorias e as normas são estabelecidas na sociedade, o que implica dizer que esses PLs proibitivos da linguagem não-binária são muito mais expressão de grupos conservadores, opondo-se à incorporação de pautas inclusivas, do que propriamente um apego à norma culta da língua portuguesa.

PALAVRAS-CHAVE: Linguagem não-binária. Linguística. Socioeducativa.

RESUMEN: Este artículo abre una ventana para la discusión, por lo que no pretende responder a la posición adoptada por la legislatura brasileña al eliminar el lenguaje no binario en Brasil. Presentamos una visión contextualizada desde el campo de la lingüística con una perspectiva socioeducativa. Se podría imaginar que se trata de una confrontación o de una polémica. Sin embargo, hemos articulado las posiciones del lenguaje en las nociones de Fairclough (2001, 2003), Butler (2009, 2015, 2021) y Foucault (2005, 2008, 2012) para establecer un camino de Avatar Educativo en el progreso de las posiciones conservadoras. Esta cuestión inclusiva está lejos de resolver los problemas de las sexualidades disidentes, pero sin duda contribuye a la transformación de los pensamientos y conecta con las formas respetuosas y menos violentas que la sociedad desea. En cuanto a los resultados de la investigación, podemos decir que los proyectos de ley analizados impiden predominantemente el lenguaje no binario, argumentando que perjudica la enseñanza del portugués brasileño y amenaza el uso de nuestra lengua. En la práctica, la resistencia a los avances en el lenguaje está intrínsecamente ligada a la forma en que se establecen las categorías y las normas en la sociedad, lo que implica que estos proyectos de ley que prohíben el lenguaje no binario son mucho más una expresión de grupos conservadores que se oponen a la incorporación de pautas inclusivas que un apego a la norma culta de la lengua portuguesa.

PALABRAS-CLAVES: Lenguaje no-binario. Lingüística. Socioeducativo.

ABSTRACT: This article opens a window for discussion, so it does not attempt to answer the position taken by the Brazilian legislature in knocking out non-binary language in Brazil. We present a contextualised view from the field of linguistics with a socio-educational perspective. One might imagine that this is a confrontation or a polemic. However, we have articulated the positions of language in the notions of Fairclough (2001, 2003), Butler (2009, 2015, 2021) and Foucault (2005, 2008, 2012) to establish a path of Educational Avatar in the progress of conservative positions. This inclusive issue is far from solving the problems of dissident sexualities, but it certainly contributes to the transformation of thoughts and connects to the respectful and less violent forms that society desires. In terms of the research findings, we can say that the bills analysed predominantly prevent non-binary language, arguing that it harms the teaching of Brazilian Portuguese and threatens the use of our language. In practice, resistance to advances in language is intrinsically linked to the way in which categories and norms are established in society, which implies that these bills prohibiting non-binary language are much more an expression of conservative groups opposing the incorporation of inclusive guidelines than they are an attachment to the cultured norm of the Portuguese language.

KEYWORDS: Non-binary language. Linguistics. Socio-educational.

1 INTRODUÇÃO

“A vitalidade da linguagem reside na sua capacidade de retratar a vida real, imaginada e possível de quem fala, lê e escreve” (Toni Morrison)

Partimos das ideias postuladas na epígrafe e no pensamento dessa escritora norte-americana, primeira mulher negra vencedora, do Prêmio Nobel de Literatura, em 1993, para nortear este artigo. Ressaltamos que a autora referenciada enfatiza aspectos temáticos da linguagem do Estado e da censura. Com esses postulados tomados pela romancista, e outras questões complexas evidenciadas na sua obra, tais como raça e gênero, nos conectamos ao legislativo brasileiro, mediante os seus projetos de lei proibitivos quanto ao uso da linguagem não-binária¹ (daqui por diante, LNB) para problematizar e dar luz às questões linguística e socioeducativa.

¹ Optamos por usar hífen na escrita de “não-binário” com o intuito de dar maior unidade semântica a esse atributo quando designando a linguagem, haja vista ser “linguagem não-binária” um conceito central nesse trabalho.

A Câmara Federal e suas instâncias estaduais se mostram intolerantes para capturar os acontecimentos da vida real. Usam um discurso de força com aparato conservador, legitimado pelo poder, para invisibilizar os corpos, corpos e corpos² de sexualidades dissidentes, sob a égide de uma cis-heteronormatividade. Inquietos com isso, situamos esta escrita na seguinte tríade: 1) linguística; 2) social e 3) educativa, sem perder o foco da primeira como linha mestra das análises. Da perspectiva linguística, o norteador está na perspectiva da Análise Crítica do Discurso (ACD) sobre o viés do linguista britânico Norman Fairclough (2003). Da dimensão social, buscaremos debater, a partir de Foucault (2005), que o poder não é apenas uma entidade coercitiva, mas também está intrinsecamente ligado à linguagem e à forma como as categorias e normas são estabelecidas na sociedade. E, na envergadura educativa, consideramos fundamentais os fenômenos humanos e culturais para construção de saberes, tendo em vista que, nas palavras de Foucault (2008, p. 45) “[...] todo sistema de educação é uma forma política de manter ou de modificar a adequação dos discursos, com os saberes e os poderes que implicam”. Assim, o autor realiza de forma geral uma crítica forte às instituições, inclusive à escola.

Na visão dele, as instituições usam a ordem, a disciplina e o poder a fim de “criar” corpos dóceis. É a partir de suas ideias que podemos pensar na construção de diferentes paradigmas para viabilizar práticas pedagógicas inclusivas, dimensionadas na formação integral e na instauração de um viés construtivo, comprometido com a defesa da vida e do planeta. A proposta de sustentabilidade e de revisão de valores se constitui como algo emergente para a sociedade, sem carregar ranços antidemocráticos e preconceituosos que se utilizam de marcadores sociais como classe, raça, gênero, orientação sexual, para a promoção de violências.

Nesse rumo, este artigo tenciona discutir, à luz de autores como Foucault (2005, 2008) e Butler (2009, 2015), o modo como os PLs proibitivos à LNB são uma manifestação, no campo da linguística, da tentativa de apagamento de corpos desviantes, bem como visa a apontar, a partir da perspectiva socioeducacional, a importância do emprego dessa forma de linguagem inclusiva.

2 SITUANDO O DEBATE

As discussões em torno do emprego da LNB têm promovido um debate acalorado tanto na mídia quanto nas redes sociais. De um lado, está a população LGBTQIAPN+ buscando representatividade linguística; de outro, os supostos defensores da “norma culta” tensionando a corda do poder em defesa da manutenção do *status quo*, muitos dos quais estão alinhados com a direita radical, composta por grupos religiosos e conservadores, conforme apontaram Melo e Paraíso (2023) ao analisarem Projetos de Lei proibitivos à utilização da LNB.

Essas demandas por maior representatividade linguística, dessa forma, não podem ser lidas sem remissão aos novos movimentos sociais de 1960, assim denominados por trazerem novos sujeitos – as mulheres, os negros e os gays – e novas agendas sociais (Laclau, 1986; Hall, 2006).

Os ecos dessas demandas no campo linguístico, no Brasil, só começaram a reverberar de fato na primeira década do século XXI, conforme ocorreu com a Lei 12.605, sancionada em 2012, pela então presidenta Dilma Rousseff, que obrigava as instituições de ensino a expedirem “[...] diplomas e certificados com a flexão de gênero correspondente ao sexo da pessoa diplomada” (Brasil, 2012). Já naquela época, a escolha de Dilma Rousseff pela flexão de gênero do cargo de presidente para o feminino havia inflamado o debate, com direito a defesa em contrário da ministra Carmen Lúcia Rocha, do Supremo Tribunal Federal, que, por se dizer amante da língua portuguesa, preferia ser denominada presidente (Melo; Paraíso, 2023).

Silva e Baalbaki (2023), contudo, consideram que um dos principais fatos que repercutiram no Brasil foi quando o Jornal O Globo, em 2015, produziu uma notícia com o título “Professores do Colégio Pedro II adotam termo ‘alunxs’ para se referir a estudantes sem definir gênero”. A adoção do “x” ou do “@” no lugar da designação de gênero provocou manifestações de alguns linguistas que

² Esse é um uso de uma disrupção formal de enunciação binária de gênero, com marcações desinenciais não convencionais, como o feminino disruptivo não individual (sujeita, corpa, quilomba), alterando práticas discursivas convencionais.

argumentaram que a impossibilidade de ler as palavras com “x” ou “@” já justificaria a não incorporação dessa forma de linguagem inclusiva, o que dificultaria, inclusive, a compreensão de textos por parte de pessoas com deficiência visual.

O emprego do “e”, em substituição às designações binárias (a ou o), veio como resposta às críticas anteriores. A manutenção da celeuma em torno do uso da LNB, desse modo, mostra como apesar de fundados, os argumentos estavam mais carregados de conservadorismo do que propriamente de apego à linguagem culta ou à norma-padrão, evidenciando que esses PLs proibitivos são também instrumentos de ataque às pessoas LGTBQIAPN+, conforme esmiuçaremos no próximo tópico.

3 LINGUAGEM NÃO-BINÁRIA

Em nossa sociedade, atrocidades são reproduzidas no contínuo dos discursos que construímos sobre pessoas LGTBQIAPN+, o que aponta para o fato de que a linguagem é parte dos processos de abjetificação dessa população. Linguagem não-binária é toda prática discursiva de representação de pessoas que não se compromete com a produção de sentido dualista de que somos apenas e exclusivamente homens e mulheres, tal como regem modelos culturais dominantes de performance de gênero (Butler, 2021). A língua portuguesa diferencia tudo em masculino e feminino³ e uma das finalidades da linguagem não-binária é fazer reflexões acerca deste binarismo (LP), visto que considerar esses usos e olhares criticamente, para a LP, é desenvolver uma sensibilidade com o intuito de validar práticas sociais e discursivas de sujeitos que não se encaixam no binarismo estabelecido como padrão de língua e gênero.

Segundo os dados do dossiê da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), o Brasil continua, pelo décimo quinto ano consecutivo, sendo o país com mais episódios noticiados de assassinato contra pessoas trans. Essa entidade coleta informações sobre a situação da população trans no mundo a partir do projeto *Trans Murder Monitoring* (TMM), da rede *Transgender Europe*, que contabilizou 96 assassinatos de pessoas trans no Brasil entre outubro de 2021 e setembro de 2022.

Também conhecida como linguagem neutra, a LNB está inserida na conhecida linguagem inclusiva de gênero (LIG), que vem a ser um modelo de discurso bastante discutido por Norman Fairclough, (2001), e, também, pelos estudos, aqui no Brasil, de Carmen Rosa Caldas-Coulthard (2007). A LIG tem o intuito de buscar representações de gênero que se afastem do uso gramatical do masculino genérico, conforme Câmara Júnior (1970), em algumas línguas. Nesse sentido, a LIG pertence ao que chamamos de linguagem inclusiva, que é um conjunto de modos de uso linguístico que tem o intuito de visibilizar os grupos alijados de direitos e de representação, como identificamos nos pleitos das políticas linguísticas antirracistas e para comunidades indígenas.

De acordo com Fairclough (2001), as hegemonias são organizadas, produzidas, reproduzidas, contestadas e transformadas no discurso. Esse postulado se refere ao que ele chama de Teoria Social do Discurso. Essa teoria demonstra que a linguagem preenche a função de representar ou construir experiências sobre o mundo.

Essa nova concepção sobre identidades, segundo o sociólogo Stuart Hall (2006), é promovida pelas mudanças na estrutura das sociedades modernas, conforme mencionamos no tópico anterior, que ocorrem desde o final do século XX e estão alterando as paisagens culturais dos indivíduos, como as noções de gênero, classe, sexualidade, etnia, raça, nacionalidade e língua. Essas noções, anteriormente dadas como fixas, deixam de ser e são atravessadas por diversos referentes com os quais o sujeito se depara. O descentramento do sujeito moderno, nesse rumo, proporciona um deslocamento que reverbera nos mais diversos campos epistemológicos, sociais, educativos e linguísticos.

Assim, pensar a linguagem pelo viés social, implica refletirmos sobre os usos linguísticos que os sujeitos fazem, levando-nos a indagar quais ideologias reproduzem esses usos, quais os seus valores e crenças. Para Bakhtin e Volochinov (1988), a língua está

³ A marcação de gênero, na língua portuguesa, também ocorre por processos morfossintáticos, como na concordância nominal, a exemplo do uso de nomes comuns de dois gêneros, como “o estudante” / “a estudante”. Existe um conjunto de nomes comuns de dois gêneros relativos a profissões, cuja vogal temática é a, como em “motorista”, “babá”, “dentista”, “frentista”. Porém, quando pensamos em motorista, a associação é com o gênero masculino, enquanto quando pensamos em babá, a associação é com o gênero feminino.

sempre a serviço do sujeito locutor, não podendo ser compreendida como uma ferramenta e como algo exterior ao indivíduo, uma vez que sua enunciação ocorre de acordo com a situação social estabelecida.

Nesse rumo, é a partir da percepção de que, ao falarmos, estamos ativando estruturas sociais já existentes, que buscaremos debater, à guisa de Foucault (2005), a interface entre linguagem e poder.

4 VIA (IN)DIZÍVEL

Ao utilizar o adjetivo indizível, de dois gêneros, fazemos aproximação ao significado daquilo que foge ao esperado, ao comum, em que a punição e a violência se expressam através de algozes que protagonizam uma educação conservadora, fomentando um incômodo e, até certo ponto, uma agonia no espectro educativo quanto ao uso da LNB. Nas ideias de Foucault (2008), na sociedade, a produção do discurso está controlada, selecionada e redistribuída por certos procedimentos de exclusão. “Não se trata de uma proibição e sim de uma separação e de uma rejeição” (Foucault, 2008, p.14).

Ainda no que se refere ao autor, outro aspecto fundamental para o debate da LNB é a perspectiva de poder. Roberto Machado (2005), na introdução à edição de *Microfísica do Poder*, escreve que a principal descoberta de Foucault no que tange ao poder se refere ao fato de ter retirado a sua circunscrição ao Estado. A partir de evidências oriundas do seu material empírico, Foucault percebeu que há formas de poder distintas do poder que emana do Estado, “[...] a ele articuladas de maneiras variadas e que são indispensáveis inclusive a sua sustentação e atuação eficaz” (Machado, 2005, p. XI).

O poder, na perspectiva foucaultiana, é compreendido como uma relação que se espalha por toda a sociedade, sem que haja um centro irradiador propriamente dito, exercendo-se com base em uma variedade de “relações de forças” (Machado, 2005, p. XIV). Sob a influência do pensamento de Foucault, Judith Butler (2015) desenvolve a ideia de que os conceitos de gênero são moldados dentro de estruturas de poder gestadas na modernidade. Essas estruturas, dessa forma, retiraram o caráter ordinário do sexo, enquanto um aspecto da vida humana, para ser alçado à dimensão da identidade (Butler, 2009; Lima; Belo, 2019). Sendo assim, “a linguagem sustenta o corpo [...] para sermos chamados, precisamos primeiro ser reconhecidos” (Butler, 2021, p. 23), o que implica que o gênero passa a ser um atributo essencial de identificação e de reconhecimento dos sujeitos. Nós passamos, não apenas a ter um sexo, mas a ser o nosso sexo.

Esse sexo, contudo, como continua Butler (2009), é regulado por dispositivos que induzem a uma heterossexualidade compulsória, tendendo a uma classificação binária dos gêneros, em macho e fêmea, homem e mulher. O gênero, para ela, seria uma categoria vazia, indissociável da performatividade que, para a autora, é um conjunto de atos, estilizações e elementos discursivos que dão a falsa aparência de que haveria uma coerência interna.

É a partir dessa compreensão de Butler (2009, 2015) acerca da inexistência do gênero dissociado da performatividade, bem como dos dispositivos que produzem a heterossexualidade compulsória, que podemos pensar nos sujeitos desviantes, não-binários e, consequentemente, na necessidade de uma linguagem que dê conta de representá-los.

Desse modo, é com base no debate de Foucault (2008) e Butler (2009, 2015) que podemos dizer que os PLs proibitivos à linguagem não-binária podem ser lidos como instrumentos de eliminação dos corpos desviantes numa perspectiva linguística, corroborando o que escreveu Berenice Bento (2018, p. 4) ao debater o necrobiopoder, dizendo que “[o] desejo é pela eliminação sistemática daqueles corpos que poluem a pureza de uma nação imaginada, um tipo de ‘correia de transmissão’ de uma Europa também imaginada: branca, racional, cristã, heterossexual.”

Apesar disso, temos de admitir que núcleos, organismos sociais, departamentos governamentais ou não, lutam e estão dispostos a mudar as estruturas vigentes, enxergando na educação um importante aliado para viabilizar essa transformação necessária. Não desejamos afirmar que é a única via, mas reportando a Freire (1979, p. 11), a “Educação é essencialmente um ato de conhecimento e de conscientização e que por si só, não leva uma sociedade a se libertar da opressão”. Pessoas transformadas pela educação

transformam o mundo, compromissadas para que não haja bloqueios, repressão e censura à pluralidade nas formas de reconhecimento das pessoas pela LNB.

Em determinado momento, podemos ficar tentados a uma preservação da língua, o que rapidamente se desfaz em virtude da falta de fundamentos aportados por alguns cientistas da linguística, mesmo sem unanimidade. Imediatamente surge a necessidade de uma resistência aos opositores comumente remetidos à educação. Ressalte-se que, no espaço escolar, essas e outras linguagens, incluindo as digitais, já são adotadas. Independentemente das pessoas se reconhecerem como não-binárias, a LNB está sendo utilizada e praticada por uma legião de adeptos em muitas circunstâncias. A implicância, ou melhor, as tentativas de impedimento se respaldam no aspecto da tradição, da moralidade e da política. O que prevalece é o exercício de vigilância constante sobre os corpos e sexualidades, negando a pluralidade e formas livres de ser (Foucault, 2005; Butler, 2017, 2020).

O Brasil não está isolado nessa questão linguística, socioeducativa. Em grande parte da América Latina e de alguns países europeus, o conservadorismo tem encontrado espaço (Hungria, e mais recentemente, Itália). Nações utilizam o poder como tentativa de impedir avanços nas temáticas de orientação sexual e identidade de gênero, incluindo a LNB, o que mais uma vez remete à perspectiva de Berenice Bento (2018) no que concerne ao necrobiopoder e à tentativa de apagamento dos corpos desviantes. Na prática, são alegados argumentos amplamente contestáveis por pesquisadores da linguística e áreas afins. Na contramão, identificamos países marcados fortemente por um processo de colonização, como na América Latina, onde são encontradas instituições universitárias progressistas, que vêm acolhendo e promovendo esse avanço, é o caso da Faculdade de Psicologia da *Universidad Nacional de Rosario-Argentina*, com teses escritas e apresentadas utilizando a LNB, e o Departamento de Linguística, Literatura e Artes, Campus II, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Ao pretendermos ultrapassar aspectos tradicionais que não mais se harmonizam com a população de sexualidade dissidente, o espaço educativo carece da desconstrução das instâncias de opressão e marcos dominantes de poder, estabelecendo solidariedade no cuidado de todas as pessoas. A lógica e atuação inclusiva na educação é o que defendemos como caminho viável para reduzir, no primeiro momento, a condição do Brasil de país com maior incidência de violência para os corpos dissidentes de orientação sexual, principalmente os corpos trans. Segundo o Grupo Gay da Bahia, o Brasil registrou 257 mortes violentas de pessoas LGBTQIAPN+ em 2023, uma a mais que 2022, e segue como país mais homotransfóbico do mundo. A apuração dos registros pode ser subnotificada, uma vez que inexistente, na instância oficial, segmento para mapear as vítimas da violência do coletivo LGBTQIAPN+. A falta de apoio à LNB, fixando-se em um fundamento biológico que não se sustenta, decorre de contextos privilegiados, presos às armadilhas da linguagem, que consiste na recusa das diferenças e invisibilidade do ser. É a perpetuação da negação da existência de quem se compreende fora desse domínio binário, indicações suficientes para favorecer a polarização e deslegitimar uma nova ordem, frente aos contextos múltiplos de mundo e de existências.

5 SOBRE A PESQUISA

Um dos autores deste artigo desenvolve uma pesquisa intitulada “Linguagem não-binária no Brasil: disputas e tensões em discursos legislativos” que objetiva identificar a produção de sentido nesses discursos, observando os tipos de significação mobilizados neles para sustentar o argumento de proibição dessa linguagem.

Segundo os dados da referida pesquisa, publicada em 2023, atualmente, tramitam na Câmara Federal e nas Assembleias Legislativas estaduais, 63 projetos de lei com propostas proibicionistas. Desse total, 15 projetos de lei estão na Câmara Federal e 48 projetos estão nas assembleias legislativas de todos os estados e do Distrito Federal.

Verificando as ementas desses PLs, podemos salientar que sempre se referem à defesa da norma culta ou das regras gramaticais da língua portuguesa. Um ponto importante para refletirmos é que o uso da linguagem não-binária, suas possíveis regras e formas de flexionar, não se darão por regras impositivas. Temos a consciência de que uma língua se modifica para se adequar ao uso de seus usuários, isto é, a língua é viva, já que se constrói por meio do diálogo com os sujeitos sociais (Bakhtin, 2006). Dessa forma, não há

como prever como se dará essa modificação, só o tempo nos permitirá observar como a nossa sociedade irá conceber essa transformação.

Um ponto para destacarmos, é que todos os partidos responsáveis pelos PLs são de direita, sendo o Partido Liberal (PL), ao qual está vinculado o ex-presidente Jair Bolsonaro, o que mais propôs projetos (17), 27% do total de todos os PLs existentes.

Em seu texto, os PLs apresentados, predominantemente, impedem a linguagem não-binária argumentando que ela prejudica o ensino do português brasileiro, bem como ameaça o uso de nosso idioma. Sabemos que esses argumentos funcionam como cortina de fumaça para uma postura silenciadora de uma sociedade tradicional em relação a grupos de vanguarda política na dissidência de gênero e sexualidade (Melo; Paraíso, 2023).

A problematização que engloba as questões da linguagem é uma situação concreta na nossa sociedade, que não deve ser lida como circunscrita à população LGBTQIAPN+. Isso porque não se trata de uma luta dessa população *versus* o mundo heterossexual, e, sim, uma busca de se criar condições concretas para garantir o direito de existir, o direito à vida, e de se reconfigurar as possibilidades de formas de vida diversas dessa ordem dualista de nossa sociedade.

Associar a LNB a um problema e a uma desordem é mais um ingrediente para a abjetificação que os discursos reacionários à LNB vêm empreendendo. A abjeção não é apenas a desidentificação com algo, mas a percepção de que esse algo é tão horrível que desorganiza a ordem vigente (Kristeva, 1982). Numa cultura como a nossa, marcada pela binariedade, as pessoas que desafiam tal ordem são abjetificadas. E é isso que acontece com a construção de sentido que os PLs proibicionistas federais e estaduais fazem com a LNB.

Ao abjetificar essa linguagem, os projetos, como muitos discursos contrários à população LGBTQIAPN+, colocam a LNB num campo subalternizado sim, mas, como Butler (2021) aponta, também dão margem para a emergência da potência do fenômeno considerado estranho, do desencaixado, do inadequado, do *queer*. Tendo como referencial essa política *queer*, uma das formas de operar a potência do *queer* se dá no domínio da língua, e isso ocorre já há algum tempo, mas vem ganhando fôlego graças às práticas de ativismo nas quais as pessoas não-binárias (NB) se engajam, que vêm crescendo de alguns anos para cá. Nesse rumo, podemos ler essas disputas no campo do discurso como embates pelo poder (Foucault, 2005, 2008) de manutenção de uma norma binária e heterossexual, de um lado, e a busca por novas formas linguísticas que deem conta dos processos de mudança da realidade social, de outro.

Tendo como referencial essa política *queer*, o discurso dos PLs pensa que mata a existência da disrupção da LNB, porém, para os que se filiam a essa política *queer*, é mais um ingrediente de resistência. Afinal, se os chamam de aberração – como aparece nos textos dos PLs – eles se erguem desse lugar, por meio de um contrabando discursivo (Melo, 2022) que toma esse discurso de ódio, utilizado como forma de silenciamento, e o ressignifica, para dizer que são resistência às práticas de morte contra os corpos dissidentes das normas.

Operando essa política *queer*, juntamo-nos às pessoas trans, viadas, não-binárias e todo o universo dissidente, para afirmar que há vida e resistência na adjetivação – projeto de morte – dos PLs. Assim, vislumbramos que os resultados nos mostram que a saída está, como nas políticas *queer* das ruas, em não achar que precisamos nos desviar de tais adjetivações. Elas são bem-vindas na medida em que podemos contrabandear-las como munições para as nossas existências.

Dessa forma, podemos dizer que a análise linguística serve como um método para estudar processos sociais amplos, mudança de estruturas sociais, construção de identidades etc., conforme aponta Fairclough (2001) ao propor um método de estudo que investigue a mudança na linguagem como ponte para o estudo da mudança social. Com base nisso, consideramos que a LNB não é somente uma disrupção social, ela é também uma disrupção linguística. Portanto, a LNB não promove, somente, a inclusão de mais pessoas no discurso, mas é primordial para existência de uma coletividade ampla.

6 CONSIDERAÇÕES QUE NÃO SE ENCERRAM

Numa fronteira em que se pleiteia o dizível, certas formas do discurso se tornam incômodas a depender do constructo social e da eliminação de distinção das formas privilegiadas na comunicação e na relação entre as pessoas, refletindo sobre a valorização humana externada no reconhecimento dos indivíduos.

Essa recontextualização passa por uma revisão de valores humanos, sociais e pela aceitação da pluralidade como condição legítima e natural, tornando menos incômodas as diferenças.

No campo da linguística, a priori, devemos saber duas questões essenciais: que fazer pesquisa no campo linguístico não equivale a consultar gramáticas e dicionários para verificar o que neles consta e o que não consta neles, e que a variação e a mudança linguística são elementos constitutivos de uma língua, e, portanto, a LNB se constitui desses elementos. Sendo assim, a variação e a mudança não são problemas nem prejudicam a norma padrão linguística, eles são elementos que tornam uma língua a própria língua. Há pelo menos, cinquenta anos, a sociolinguística demonstra que as línguas respondem a necessidades socioculturais, por isso variam e mudam. A problematização que engloba as questões da linguagem é uma situação concreta na nossa sociedade. Esse debate, todavia, não é uma questão somente da população LGBTQIAPN+, como já havíamos pontuado, pois se trata de dar dignidade e reconhecimento a milhares de indivíduos.

Além disso, devemos salientar que LNB não ameaça nenhuma língua. A linguagem não-binária é uma demanda de pessoas para buscarem reconhecimento e inclusão linguística, especialmente para pessoas trans. Isso é normal e natural. Negar a linguagem não-binária é negar a variação e a mudança linguística, bem como negar a necessidade de existência de pessoas que rompem as normas e, ao fazerem isso, acabam tristemente entrando para as estatísticas de vítimas de violência.

Há que se considerar, do ponto de vista da educação, que a linguagem não-binária não causa déficit de aprendizado em uma língua, o que muitas vezes é utilizado como argumento nesses PLs proibitivos. Crianças e adolescentes convivem muito bem com a variação e a mudança linguística, basta ver como usam e aceitam as novas palavras oriundas do inglês que vêm com o universo digital. Quanto mais proporcionarmos a exposição da linguagem não-binária como um modo sensível para ajudar pessoas a não sofrerem, mais crianças e adolescentes vão aprender bem e decidir se usarão uma linguagem inclusiva ou não. Além disso, a linguagem e o reconhecimento são ingredientes muito significativos na relação entre pares, professores e demais agentes que participam da construção do processo de ensino e aprendizagem.

Embora possamos pensar que tais processos sejam pacíficos e possíveis para todos, desde cedo, nas experiências escolares existe uma quantidade de registros e relatos sobre violências quando evidenciadas gênero e sexualidade não convencionais. O caminho é muito próximo do que Foucault (2016, p.10) situa: de “[...] proporcionarmos novos mecanismos para fundamentar uma nova ética da existência”.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. O problema do texto na linguística, na filosofia e em outras ciências humanas. In: BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2006. p. 307-335.

BAKHTIN, M; VOLOCHINOV, V. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1988.

BRASIL. Lei 12.605, de 3 de abril de 2012. Brasília: Casa Civil, 2012. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/589528/publicacao/15760047>. Acesso em: 16 jan. 2024.

BENTO, B. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação?. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 53, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8653413>. Acesso em: 7 fev. 2024.

- BUTLER, J. *La fuerza de la no violencia*. Buenos Aires: Paidós, 2020.
- BUTLER, J. *Discurso de Ódio: Uma política do performativo*. São Paulo: Editora Unesp, 2021.
- BUTLER, J. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2015.
- BUTLER, J. Inversões sexuais. In: PASSOS, I. C. F. (org.). *Poder, normalização e violência: incursões foucaultianas para a atualidade*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2009. p. 91-108.
- CALDAS-COULTHARD, C. R. Caro colega: exclusão linguística e invisibilidade. *Discurso & Sociedad*, v. 1, n. 2, p. 230-246, 2007.
- CÂMARA JR, J. M. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1970.
- COULTHARD, C. Caro colega: exclusão linguística e invisibilidade. *Discurso & Sociedad*, v. 1, n. 2, p. 230-246, 2007.
- FAIRCLOUGH, N. *Analysing Discourse: Textual analysis for social research*. Londres: Nova Iorque: Routledge, 2003.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: UNB, 2001.
- FOUCAULT, M. *Historia de la sexualidad I: La voluntad de saber*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2016.
- FOUCAULT, M. *Hermenéutica del sujeto*. La Plata-Argentina: Editorial Altamira, 2012.
- FOUCAULT, M. *El Orden Del Discurso*. Buenos Aires: Tusquets Editores, 2008.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal, 2005.
- FREIRE, P. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- KRISTEVA, J. *Powers of Horror: an essay on abjection*. New York: Columbia University Press, 1982.
- LACLAU, E. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 41-47, out. 1986.
- LIMA, V. M.; BELO, F. R. R. Gênero, sexualidade e o sexual: o sujeito entre Butler, Foucault e Laplanche. *Psicologia em Estudo*, v. 24, e41962, 2019.
- MACHADO, R. Introdução. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal, 2005. p. VII-XXIII.
- MELO, I. F. de. Contrabando discursivo e Linguística Queer. In: LIMA, B. de A. F. de; GOMES, M. C. A. (org.). *Estilos e discursos. Uma contribuição para os estudos da linguagem*. Campinas: Pontes, 2022. p. 17-42.

MELO, I. F. de; PARAÍSO, G. J. B. Ofensivas contra a linguagem não-binária em cenário legislativo do Brasil. *Sexuality Policy Watch*, Rio de Janeiro, p. 1-20, 2023. Disponível em: <https://sxpolitics.org/ptbr/artigo-ofensivas-contr-a-linguagem-nao-binaria-em-cenario-legislativo-do-brasil/13382>. Acesso em: 16 jan. 2024.

SILVA, L. F. A.; BAALBAKI, A. C. F. Contradições e divergências em torno da linguagem não binária. *Língua e Instrumentos Linguísticos*, Campinas, v. 26, n. 52, p. 23-51, jul./dez. 2023.



Recebido em 27/08/2024. Aceito em 04/09/2024.